

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA –
PNAP/UAB
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

BENHUR MOUSQUER MARTINS

**GOVERNO JUSCELINO KUBITSCHEK: LEGADO OU ESTRAGO?
UMA ANÁLISE SOBRE AS FINANÇAS PÚBLICAS**

Porto Alegre, maio de 2015

BENHUR MOUSQUER MARTINS

**GOVERNO JUSCELINO KUBITSCHEK: UM LEGADO OU UM ESTRAGO?
UMA ANÁLISE SOBRE AS FINANÇAS PÚBLICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado ao Curso de Especialização
em Gestão Pública - modalidade a distância
da Universidade Federal do Rio Grande do
Sul como requisito parcial para a obtenção
do título de Especialista em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Fernando Dias Lopes

Porto Alegre, maio de 2015

RESUMO

Juscelino Kubitschek entrou para a história como um estadista. Porém, a sua política econômica desenvolvimentista apresentou dois resultados contraditórios: a estabilidade política do período e, seus frutos econômicos tornaram-se a fonte de instabilidade futura. Este estudo foi realizado através de uma análise das finanças públicas do governo de JK, comparando os reflexos das políticas econômicas, da evolução do PIB, dos níveis de inflação, da dívida pública, das emissões de papel-moeda e da balança comercial, com os dados do governo anterior e posterior ao governo JK, apresentando de forma descritiva, argumentos para verificação se seu governo foi um legado para o país, ou estrago que ficou para governos posteriores corrigir. Com a análise dos dados presentes no estudo, pode-se concluir que no governo de Juscelino Kubitschek, o Estado foi transformado em instrumento deliberado e efetivo em prol do desenvolvimento industrial e econômico, contudo, o Plano de Metas tinha dimensões muito ambiciosas, superiores às reais possibilidades do país para realizá-lo, o que proporcionou como legado negativo, o início de uma crise nos anos 60, devido a desaceleração de tais investimentos. Os principais problemas do plano de metas ocorreram na questão do financiamento, proporcionados por meio de emissão monetária, que provocou uma aceleração inflacionária, e pela contratação de financiamento externo, que ocasionou em uma deterioração das reservas e crescimento da dívida. O descontrole das contas públicas, junto com os crescentes déficits nas contas externas do país, são os fatores que iniciaram as crises econômicas e dificuldades orçamentárias dos governos brasileiros.

Palavras-chaves: Juscelino Kubitschek, Estado, investimentos, finanças públicas, produto interno bruto, inflação, emissão, papel-moeda, dívida pública, balança comercial.

ABSTRACT

Juscelino Kubitschek went down in history as a statesman. However, his developmental economic policy presented two contradictory results: the political stability of the period and its economic fruits have become a source of future instability. This study was conducted through an analysis of public finances the government of JK, comparing the consequences of economic policies, GDP growth, the inflation levels, public debt, the paper money emissions and the trade balance, with the data from before and after the JK government, presenting in a descriptive way, arguments to check if his government was a legacy for the country, or damage that was for later governments correct. With the analysis of data in the study, it can be concluded that the government of Juscelino Kubitschek, the state was transformed into deliberate and effective instrument in support of industrial and economic development, however, the Target Plan had a very ambitious dimensions exceeding the real possibilities of the country to carry it out, which provided as a negative legacy, the beginning of a crisis in the 60s, due to slowdown of such investments. The main problems of the target plan occurred on the issue of financing, provided through monetary emission, which caused rising inflation and the hiring of external financing, which resulted in a deterioration of reserves and debt growth. The lack of public accounts, along with the growing deficits in the external accounts of the country, are the factors that initiated the economic crisis and budgetary difficulties of Brazilian governments.

Keywords: Juscelino Kubitschek, State, investment, public finance, GDP (gross domestic product), inflation, issue paper money, debt, trade balance.

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| TABELA 1 – Evolução do Produto Interno Bruto (1951-1954) | 27 |
| TABELA 2 – Evolução do Índice de inflação (1951-1964)..... | 29 |
| TABELA 3 – Evolução das Finanças Públicas da União (1954-1964) | 31 |
| TABELA 4 – Evolução da Dívida Pública Fundada da União (1951-1964) | 34 |
| TABELA 5 – Evolução da Dívida Pública Flutuante da União (1951-1964) | 35 |
| TABELA 6 – Evolução da Emissão de Papel-Moeda (1951-1964)..... | 38 |
| TABELA 7 – Evolução do Saldo de Reservas de Ouro (1951-1964) | 40 |
| TABELA 8 – Evolução da Balança Comercial (1951-1964)..... | 41 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais

Cr\$ - cruzeiros

FMI – Fundo Monetário Internacional

JK – Juscelino Kubitschek

PIB – Produto Interno Bruto

PSD – Partido Social Democrático

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTN – Partido Trabalhista Nacional

SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito

US\$ - dólares norte-americanos

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1 – APRESENTAÇÃO | 8 |
| 2 - METODOLOGIA..... | 9 |
| 3.1 - OBJETIVO GERAL | 10 |
| 3.2 - OBJETIVOS ESPECIFICOS | 10 |
| 4 – DESENVOLVIMENTO | 11 |
| 4.1 – GOVERNO OBJETO DE ESTUDO (Período 1956-1961)..... | 11 |
| 4.1.1 – GOVERNO JUSCELINO KUBITSCHKEK | 11 |
| 4.1.2 – POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO JUSCELINO KUBITSCHKEK .. | 13 |
| 4.2 – GOVERNO ANTERIOR AO OBJETO DE ESTUDO (Período 1951- 1955).. | 17 |
| 4.2.1 – GOVERNO GETÚLIO VARGAS | 17 |
| 4.2.2 – POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO GETÚLIO VARGAS | 18 |
| 4.2.3 – GOVERNO CAFÉ FILHO | 20 |
| 4.3 – GOVERNO POSTERIOR AO OBJETO DE ESTUDO (Período 1962-1964).21 | |
| 4.3.1 – GOVERNO JÂNIO QUADROS | 21 |
| 4.3.2 – POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO JÂNIO QUADROS..... | 21 |
| 4.3.3 – GOVERNO JOÃO GOULART..... | 22 |
| 4.3.4 – POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO JOÃO GOULART | 23 |
| 4.4 – ANÁLISE COMPARATIVA DAS CONTAS PÚBLICAS ANTES, DURANTE E PÓS GOVERNO JUSCELINO KUBITSCHKEK | 25 |
| 5 - CONCLUSÃO | 43 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 50 |

1 – APRESENTAÇÃO

Juscelino Kubitschek passou para a história como um presidente de larga visão, um estadista, conseguindo imprimir um ritmo inusitado à ação do governo.

Porém, a sua política econômica desenvolvimentista apresenta dois resultados contraditórios: de um lado, contribuiu para a estabilidade política do período e, de outro lado, seus frutos tornaram-se a fonte de instabilidade futura.

Desta forma, conseguiu entrar para a história também, como o primeiro presidente da República a perder as eleições para a escolha do sucessor.

Muito já foi escrito, relatando que no seu mandato de presidente da República, o país viveu um período de notável desenvolvimento econômico consolidado através de políticas que estimularam a industrialização e resultaram em altas taxas de crescimento, porém, é sabido também que houve vários problemas na esfera econômica.

O desempenho medíocre da quase totalidade dos governos posteriores (à exceção de Geisel) e a crise dos anos 80 contribuíram para discussão, e aqui se buscará ser sanada, através da realização de uma busca e uma análise das finanças públicas de seu governo, a qual aqui será revista para verificar se seu governo foi um legado para o país, ou estrago que ficou para governos posteriores corrigir.

2 - METODOLOGIA

De forma descritiva, se buscará argumentos que esclareçam o governo de Juscelino Kubitschek, analisando as contas públicas, os dados econômicos do período de seu governo, com o do governo anterior (1951-1955) e do governo posterior (1962-1964), os quais deixaram uma dívida externa que provocou problemas econômicos e estruturais na política e economia do Brasil por quase 50 anos, e o golpe militar que ocasionou mais de 20 anos de ditadura militar.

O trabalho será realizado de forma descritiva com pesquisa realizadas através de documentos, revistas, livros e material da internet, como os anuários estatísticos do período de 1951 a 1965, e textos que auxiliam a referenciar e investigar as contas públicas e dados econômicos, fortificando a análise deste estudo instigante e interessante, que me provoca a estudar este período tão marcante na política nacional pós 2ª Guerra Mundial e pré-ditadura.

3 – OBJETIVOS

3.1 - OBJETIVO GERAL

A experiência brasileira de planejamento estatal, consubstanciada no Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek, é considerada um caso bem-sucedido de formulação e implantação de planejamento. Além dos amplos projetos estatais de infraestrutura, o Estado conseguiu articular enorme somas de investimentos privados de origem externa e interna, porém o mesmo privilegiou setores e regiões do país, provocou uma crise econômica de quase 50 anos, e aumentou as desigualdades sociais. O objetivo deste trabalho será analisar as contas públicas do governo anterior e posterior ao do governo Juscelino Kubitschek, comparando os reflexos com as contas públicas do período do governo de Juscelino Kubitschek (1956 a 1961), buscando esclarecimentos e apontando possíveis indícios que o governo de Juscelino Kubitschek foi ou não um estadista, e a conduta de sua política econômica influenciou as atitudes de governos posteriores e a influenciou na situação política do país na década de 1960.

3.2 - OBJETIVOS ESPECIFICOS

- Relatar e detalhar dados econômicos e informações das políticas econômicas praticadas no governo anterior e do governo posterior ao de Juscelino Kubitschek.
- Analisar e detalhar a deterioração das nossas relações de troca e as finanças públicas do período de 1956-1961.
- Verificar e analisar os motivos e justificativas para as concessões de vantagens, isenções e privilégios às empresas estrangeiras, diferente do aplicado para as empresas nacionais.
- Mostrar e detalhar os empréstimos e financiamentos externos, necessários para a implantação do Plano de Metas, suas exigências contratuais e seus reflexos na economia brasileira.
- Analisar os resultados econômicos e industriais finais do Programa de Metas.

4 – DESENVOLVIMENTO

4.1 – GOVERNO OBJETO DE ESTUDO (Período 1956-1961)

4.1.1 – GOVERNO JUSCELINO KUBITSCHKEK

Juscelino Kubitschek de Oliveira, foi eleito em 03 de outubro de 1955 em turno único concorrendo pelo Partido Social Democrático (PSD), na primeira eleição onde foi utilizada a cédula eleitoral, confeccionada pela Justiça Eleitoral do Brasil. Nesta eleição foram apurados 8.624.977 votos, onde Juscelino Kubitschek conquistou 3.077.411 dos votos (35,68%). Essa votação relativamente modesta conferiu-lhe fraco grau de legitimidade popular, chegando a ser contestado por alguns setores políticos e militares mais radicais da época.

Juscelino Kubitschek iniciou o seu mandato sustentado politicamente pela aliança de dois grandes partidos vigentes na época, o PSD e o PTB. O seu vice-presidente (na época eleito separadamente do presidente da república) foi João Goulart do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o qual assumiu importante papel no governo de Juscelino Kubitschek nas negociações sindicais e trabalhistas, onde já possuía vivência e trânsito livre devido ao seu trabalho como Ministro do Trabalho no governo de Getúlio Vargas.

Juscelino Kubitschek de Oliveira, foi presidente da República do Brasil entre os anos de 1956 a 1961, sendo notória sua história, pelo fato de ter sido o responsável pela construção e transferência da capital federal para Brasília, sendo esta uma decisão incluída através da Constituição de 1891 e prevista em duas constituições subsequentes (1934 e 1946), visando promover o desenvolvimento do interior do Brasil e a integração do país.

Juscelino Kubitschek assumiu a presidência da República já com fama de político “tocador de obras”, devido as suas contribuições e ações nos cargos executivos em que ocupou durante o seu mandato de deputado federal entre o período de 1946 a 1950, e principalmente durante o seu mandato de Governador do Estado de Minas Gerais (estado de nascimento), onde criou a Companhia

Energética de Minas Gerais (CEMIG), construiu cinco usinas hidrelétricas, três mil quilômetros de estradas, duzentas e cinqüenta e uma ponte, e cento e vinte postos de saúde.

A sua atuação nestes cargos, o levaram a vitrine política na época, e o credenciaram a disputar o cargo máximo na política nacional. Nas eleições de 1955, seu slogan era “Cinqüenta anos em cinco”, e era explicitada através de 30 metas com seus respectivos custos e fontes de financiamento, a serem alcançadas durante o futuro governo, com o objetivo otimista de recuperar o atraso histórico e modernizar o país, além da 31ª meta, a “meta-síntese” que era a construção de Brasília.

O Plano de Metas consistia no planejamento de 31 metas prioritárias distribuídas em seis grandes grupos (BRUM,1996):

- energia (metas 1 a 5): energia elétrica, nuclear, carvão, produção de petróleo, refino de petróleo;
- transportes (metas 6 a 12): reequipamento de estradas de ferro, construção de estradas de ferro, construção e pavimentação de estradas de rodagem, portos e barragens, marinha mercante, transportes aéreos;
- alimentação (metas 13 a 18): trigo, armazéns e silos, frigoríficos, matadouros, mecanização da agricultura, fertilizantes;
- indústria de base (metas 19 a 29): aço, alumínio, metais não ferrosos, cimento, álcalis, papel e celulose, borracha, exportação de ferro, indústria de veículos motorizados, indústria de construção naval, maquinaria pesada e equipamento elétrico;
- educação (meta 30);
- e a construção de Brasília, a meta síntese.

As metas planejadas para os cinco anos de realizações e que representariam cinqüenta anos de progresso, estavam planejadas para serem implementadas em estreita harmonia entre si, para que os investimentos em tal área pudessem refletir no desenvolvimento de outra, como por exemplo, a mecanização da agricultura requeria a necessidade da fabricação de máquinas e implementos agrícolas como

tratores, a qual se enquadrava na meta da indústria automobilística, proporcionando desta forma, um crescimento em cadeia como um todo.

A ênfase do Plano de Metas era estimular a diversificação e o crescimento da economia do país, fortalecendo e expandindo a indústria brasileira, e integrar todas as regiões do país com uma capital federal localizada no centro do território brasileiro, como já determinado por três Constituições, e não colocada em prática por nenhum governante até então.

De 1956 a 1958, Juscelino Kubitschek enfrentou as diversas crises que surgiram em seu governo. A partir de 1958, as altas taxas de inflação, o descontentamento popular, a dívida externa, as dificuldades para concluir o Plano de Metas, começam a esmorecer o otimismo desenvolvimentista.

4.1.2 – POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO JUSCELINO KUBITSCHEK

Juscelino Kubitschek recebeu um governo onde a economia apresentava um progressivo déficit orçamentário e um déficit na balança comercial, tendo como causa principal a desvalorização internacional do valor do café, principal produto de exportação do Brasil na época.

Para pôr em prática a política econômica que pretendia adotar, Juscelino Kubitschek pode se beneficiar de uma série de instrumentos existentes na estrutura da União, oriundos da gestão do governo de Getúlio Vargas, que havia criado uma série de agências para estudar, formular e programar políticas de desenvolvimento, sempre buscando valorizar a ação estatal, a iniciativa interna e o nacionalismo, os quais facilitaram o planejamento e a realização do Plano de Metas.

Em continuação a prática adotada no governo anterior, Juscelino Kubitschek incentivou e ampliou a formação de comissões técnicas que deram continuidade a estudos em andamento do governo anterior, como o Conselho de Desenvolvimento instituído na primeira reunião de seu ministério, que tinha a missão de coordenar o detalhamento e execução do Plano de Metas.

Além disso, contava ainda com um corpo institucional já consolidado e uma estrutura burocrática e estatal formalizada, que lhe permitiram agir e decidir cirurgicamente.

Com este aparato estatal montado, Juscelino Kubitschek conseguiu planejar, taxar, executar, financiar e cobrar, colocando em prática um plano de governo que até hoje representa a “Idade de Ouro” da política brasileira.

O Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, visava reduzir o “custo Brasil”, o qual impedia um crescimento econômico brasileiro, principalmente devido a concentração industrial localizar-se nas regiões Sudeste e Sul, através da construção de estradas transregionais unindo e ligando todas as regiões do país, e aumentando a capacidade de geração e fornecimento de energia elétrica.

Dos cinco setores básicos da economia presentes no Plano de Metas (o qual não incluíam a meta síntese – construção de Brasília), os setores que mais receberam recursos públicos e privados foram energia, transporte e indústria de base, captando 93,00% dos recursos canalizados, enquanto que alimentação e educação receberam apenas 7,00% do volume de recursos investidos no plano.

Para fomentar e estruturar o Plano de metas, entre 1955 e 1961, entrou no país mais de US\$ 2 bilhões através de empréstimos e financiamentos externos, além da perda de receita com a isenção de impostos de importação de máquinas e equipamentos industriais, da liberação da entrada de capitais externos em investimentos de risco, estes quando associados de alguma forma ao capital nacional, e de uma política de crédito ao consumidor interno, para aumentar o consumo interno.

Juscelino Kubitschek incentivou a indústria automobilística, a indústria naval, o setor siderúrgico com o uso de recursos nacionais através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), de onde era assegurado o acesso ao crédito do exterior para os empresários, que assumiam a co-responsabilidade pelo pagamento da dívida. Iniciou a construção de grandes usinas hidrelétricas como Furnas, uma das poucas empresas estatais criadas neste governo.

O Plano de Metas especificamente beneficiou a indústria de bens de consumo durável, como automóveis e eletrodomésticos. A indústria de automóvel apresentou um enorme salto de produção no período, multiplicando os veículos em circulação no país os quais passaram de 30.700 em 1957, para 133.073 no ano de 1960, incentivando em conjunto a indústria de autopeças que acompanhou este crescimento.

Grande parte deste incentivo na indústria automobilística foi com a construção da Fábrica Nacional de Motores, e através da isenção fiscal e de medidas cambiais para as indústrias estrangeiras a virem instalar-se no país naquele período. Estas medidas atraíram grandes empresas como as americanas Ford, a General Motors, e a Willys-Overland, as alemãs Volkswagen e a Mercedes-Benz, a francesa Simca, e a japonesa Toyota (MOCELIN, 1987).

Outra política no campo econômico adotada pelo governo de Juscelino Kubitschek, foi a política monetária destinada a conter o processo inflacionário, a qual limitava o processo de expansão da moeda através da restrição do crédito ao setor privado, mas gerava facilidades para uma maior disponibilidade de recursos para os investimentos do setor público e para as atividades industriais estratégicas do Plano de Metas.

Os principais instrumentos de ação do governo para concretizar o plano de metas foram, além dos investimentos das empresas estatais, o crédito com juros baixos (e até negativos) e a carência longa por meio do Banco do Brasil e do BNDE, uma política de reserva de mercado e a concessão de avais para a obtenção de empréstimos externos.

Os incentivos dados ao capital estrangeiro iam desde a Instrução nº 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) que autorizava o investimento estrangeiro direto sem cobertura cambial, até isenções fiscais e garantias de mercado (protecionismo para os novos setores) que atraíram várias empresas estrangeiras ao Brasil.

A política econômica do governo dava tratamento preferencial ao capital estrangeiro, financiando os gastos públicos e privados com a expansão dos meios de pagamento e do crédito, através de empréstimos via BNDE, bem como por meio de avais para a tomada de empréstimos no exterior. O Estado também aumentava a sua participação através da formação de capital, estimulando a acumulação privada, sendo o crédito privado constituído por empréstimos de curto prazo, voltados para o capital de giro das empresas, estimulados através de repasses do Banco do Brasil, causando uma pressão adicional sobre o déficit público.

O desenvolvimento industrial durante o Plano de Metas foi liderado pelo crescimento do departamento produtor de bens de capital (26,40%) e do departamento de bens de consumo duráveis (23,90%) no período de 1955-1962. (LACERDA, BOCCHI, REGO, BORGES, MARQUES, 2000).

Como já foi constado, o crescimento industrial que ocorreu a partir do início do governo Juscelino Kubitschek estava estruturado em um tripé formado pelas empresas estatais, pelas empresas estrangeiras e, como sócio menor, as empresas de capital nacional.

As empresas de capital nacional couberam o papel de fornecedor de insumos e componentes, como no caso da relação complementar entre o setor de autopeças e a indústria automobilística.

Um dos grandes dilemas na economia no governo de Juscelino Kubitschek, foi a diferença de tratamento dado aos investidores estrangeiros em relação ao empresariado nacional, pois aos estrangeiros (principalmente as empresas norte-americanas) era concedido isenções, e privilégios como a permissão para importar bens de produção sem cobertura cambial, enquanto que as empresas brasileiras não detinham tal benefício.

4.2 – GOVERNO ANTERIOR AO OBJETO DE ESTUDO (Período 1951- 1955)

4.2.1 – GOVERNO GETÚLIO VARGAS

Em 31 de janeiro de 1951, Getúlio Vargas retornou ao posto de Presidente da República aliando os defensores do nacionalismo (defensores da participação ativa do Estado na economia e rejeição ao capital estrangeiro) aos liberalistas (defensores da abertura da economia nacional ao capital estrangeiro) nas eleições por voto popular pelo PTB, obtendo 3.849.040 votos (48,70%) dos 8.254.989 eleitores que comparecem as urnas, porém após assumir o posto de presidente, e principalmente após a reforma ministerial de 1953, colocou em prática a sua ideologia com políticas econômicas nacionalistas e intervencionistas, que tinham objetivos de estimular a industrialização e modernização do país.

Getúlio Vargas em seu governo de 1951 a 1954 tentou dar continuidade às suas políticas que antecederam o Estado Novo (1937-1945) e que trouxeram prosperidade ao país na época. Dos quatro maiores projetos que Getúlio Vargas tentou implementar no seu governo, apenas um deles vigorou, sendo os outros vetados pelo Congresso, sendo a criação da Petrobrás em 1953, o seu grande trunfo neste mandato, o qual estatizou e nacionalizou a exploração e o refino de todas as reservas de petróleo encontradas no país.

Os outros projetos de Getúlio Vargas eram a criação da Eletrobrás, que seria futuramente criada (1961), criar uma lei que regulasse a remessa de lucros por parte das empresas estrangeiras no país, obrigando-as a investir tais lucros diretamente no país, e a lei do aumento do salário mínimo, que autorizava um aumento de 100% do mesmo. Este último projeto, mesmo vetado, Getúlio Vargas forçou e colocou em prática sancionando a lei.

Neste período também foi criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE, atual BNDES), sendo o principal órgão de investimento e desenvolvimento brasileiro, utilizando recursos da União e de impostos para financiar projetos de investimentos internos e externos de desenvolvimento econômico.

A política externa do governo buscou uma independência maior do Brasil, recebendo em troca retaliações do exterior, principalmente dos Estados Unidos, que rompeu um acordo de desenvolvimento com o Brasil, concedendo apenas US\$ 180 milhões dos US\$ 400 milhões acordados inicialmente.

Além da forma tratada a política externa, e ascensão e a radicalização dos movimentos populares fora do controle estatal são considerados os principais fatores desencadeadores da crise política que levaria ao fim o governo de Getúlio Vargas com o seu suicídio em 24 de agosto de 1954.

4.2.2 – POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO GETÚLIO VARGAS

A política econômica neste governo de Getúlio Vargas, foi trabalhada através do Plano de Reaparelhamento Econômico, o qual constava a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) em 1952, o qual foi financiado inicialmente, através de um adicional sobre o imposto de renda.

A inflação também sofria reflexos do endividamento com o aumento das importações, e a pequena capacidade de energia elétrica e de transportes existentes suportar o crescimento industrial da época que era de aproximadamente 5,00% ao ano.

Para diminuir este estrangulamento industrial, foram criados em seu governo o Fundo Rodoviário Nacional, visando aumentar a malha rodoviária do país, e uma política de aparelhamento de portos e rodovias, e para aumentar a oferta de energia, foi criado o Plano Nacional do Carvão, objetivando à produção de energia, e o Fundo Nacional de Eletrificação, que criaria a Eletrobrás.

Em relação a política cambial, Getúlio Vargas continuou com o sistema de licença prévia adotado pelo governo anterior (Governo de Eugênio Gaspar Dutra), onde as divisas para importar eram liberadas analisando cada caso em separado os pedidos de importação. Este sistema de proteção industrial e da balança de

pagamentos funcionou até 1952, quando a situação da balança de pagamentos estava fugindo de controle, e a inflação já alcançava 18,60% ante 8,60% do ano anterior.

Como nova política cambial, o governo implantou o mercado livre de câmbio, ou lei do câmbio livre, onde havia taxas distintas para diferentes tipos de importação e exportação. Essa nova regulamentação encareceu as importações e facilitou as exportações momentaneamente.

Em 1953, o governo altera novamente a política cambial e acaba com o câmbio subvencionado, e através da Instrução 70 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) inicia um sistema de taxas múltiplas e leilões cambiais, procurando deixar as exportações brasileiras mais acessíveis ainda, desestimulando as importações e assim protegendo a indústria nacional e a balança de pagamentos.

Este sistema de taxas múltiplas de câmbio criou vários mercados cambiais destinados a cada tipo de demanda e oferta de dólares. Em cada mercado, existia uma taxa específica de câmbio. Quando o governo definia em que mercado cada participante poderia atuar, acabava também definindo as condições de cada um desses mercados. Dentro de tal sistema, se colocava os produtos importados que possuíam similar nacional, em mercados com taxas desvalorizadas, encarecendo seus preços, e favorecendo a indústria nacional.

Da mesma forma, as importações de matérias-primas e equipamentos em mercados com excesso de oferta, a taxa se valorizava, barateando o custo dos investimentos.

A Instrução 70 acabou funcionando como um processo de substituição de importações, mas não corrigiu a balança de pagamentos. Para tentar regular a balança de pagamentos, o governo em 1952 reformulou a lei de remessa de lucros, limitando em 8,00% o envio dos lucros das empresas estrangeiras para as suas matrizes.

Durante o período que vigorou os leilões cambiais também representaram uma importante fonte de arrecadação para o governo, além de manter uma política cambial de favorecimento das indústrias substitutivas de importações.

4.2.3 – GOVERNO CAFÉ FILHO

Com a morte de Getúlio Vargas em 1954, assumiu o governo o vice-presidente Café Filho, que completou o mandato até o final de 1955.

No curto período que esteve no governo, Café Filho teve a missão de conter o déficit do governo herdado, o qual foi buscado através do corte de gastos públicos, especialmente investimentos, e contração monetária com redução creditícia, o que acabou provocando uma crise bancária.

Mas a principal ação na área econômica foi a implementação da Instrução 113 da SUMOC, que concedia permissão para as empresas estrangeiras se instalarem no país, sem cobertura cambial para a importação de máquinas e equipamentos, quando associados ao capital nacional.

A Instrução 113 da SUMOC, foi a forma encontrada para a extinção dos obstáculos à livre entrada de capital estrangeiro, beneficiando duplamente o capital estrangeiro já que se beneficiavam com as taxas cambiais múltiplas.

Ao importar máquinas e equipamentos sem a necessidade de primeiro internalizar à taxa de mercado livre, para depois recomprar as licenças de importações por um valor mais alto nos leilões de câmbio, o capital estrangeiro recebia um subsídio equivalente ao diferencial entre o custo das divisas na categoria relevante e a taxa do mercado livre. Tal subsídio não era fornecido às empresas nacionais.

No final dos governos Getúlio Vargas e Café Filho, a economia apresentava um cenário com uma superprodução do café, déficits do Tesouro e perda do poder de compra das exportações, junto com uma elevação na inflação do país.

4.3 – GOVERNO POSTERIOR AO OBJETO DE ESTUDO (Período 1962-1964)

4.3.1 – GOVERNO JÂNIO QUADROS

As eleições de 03 de outubro de 1960 foram vencidas por Jânio Quadros que disputou pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN), obtendo 5,6 milhões de votos (48%), em uma campanha eleitoral em que o mesmo prometia acabar com a corrupção, a ineficiência administrativa, equilibrar as finanças públicas e reduzir a inflação.

Jânio Quadros governou o país por apenas sete meses, renunciando em 25 de agosto de 1961, sem apresentar motivos que explicassem a sua decisão, mas na época o seu governo apresentava baixa popularidade, falta de apoio político no Congresso e dos militares, e não obtinha sucesso em conter a alta da inflação.

Neste pequeno espaço temporal, o governo Jânio Quadros ficou mais em evidência devido a sua política externa, aproximando-se dos países socialistas (União Soviética, China, Cuba), principalmente quando condecorou Che Guevara com a ordem Cruzeiro do Sul.

4.3.2 – POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO JÂNIO QUADROS

Na área econômica, o governo Jânio Quadros foi conservador, respeitando e adotando as medidas solicitadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), como o congelamento de salários, restrição ao crédito, reforma do sistema cambial com e desvalorização da moeda em 100%, credenciando o governo a renegociar a dívida externa brasileira, porém tais medidas não surtiram efeito para conter a alta da inflação, gerando apenas um alto custo para a população.

Em março de 1961, foi realizada uma reforma cambial, com desvalorização de 100% do câmbio de custo, aplicado às importações preferenciais listadas pelo governo, como petróleo e papel de imprensa, com o objetivo de diminuir a pressão

dos subsídios cambiais sobre o déficit público. Em maio e junho, o governo obteve sucesso na renegociação dos débitos com credores externos e com organismos financeiros internacionais, reescalando os vencimentos da dívida externa do período de 1961/1965.

Jânio Quadros havia herdado um país com uma inflação galopante e em séria crise financeira. Sua política de austeridade fiscal, através do congelamento de salários, restrições creditícias, cortes de subsídios federais, desvalorização da moeda, provocaram um desencanto popular em relação a euforia da sua campanha.

4.3.3 – GOVERNO JOÃO GOULART

João Goulart, também conhecido como Jango, foi eleito vice-presidente da República no governo Juscelino Kubitschek em 1955, e reeleito em 1960 ao cargo de vice-presidente da República no governo Jânio Quadros, ambos pelo PTB. Cabe ressaltar, que a Constituição de 1946 determinava a eleição de presidente e vice-presidente separadamente.

Com a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961, iniciou-se uma crise política no país, pois, setores militares eram contrários a João Goulart assumir a presidência, confrontando a Constituição que determinava que no caso da vacância do cargo de presidente, quem assumiria seria o vice-presidente eleito.

Após uma semana de crise política instaurada, foi aprovada a emenda constitucional que alterou temporariamente o regime de governo de presidencialista para parlamentarista até a realização de um plebiscito para os eleitores optarem entre um dos regimes (presidencialismo / parlamentarismo) de governo.

Para primeiro-ministro foi indicado Tancredo Neves, que chefiaria e fiscalizaria o governo, sido João Goulart empossado como Presidente da República na data de 07 de setembro de 1961.

Em janeiro de 1963, através de um plebiscito para a escolha entre os regimes parlamentarista e presidencialista, 11,5 milhões de eleitores decidiram com ampla maioria a escolha do regime presidencialista. Assim, João Goulart retoma os poderes como presidente da República até 31 de março de 1964, quando é deposto do cargo pelo Golpe Militar liderado pelo alto escalão do exército (BIOGRAFIA JOÃO GOULART, acessado em 14 mar 2015).

4.3.4 – POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO JOÃO GOULART

A política econômica de João Goulart orientar-se-ia em três sentidos: a imposição de limites à atuação do capital estrangeiro, a ampliação e o fortalecimento da presença do estado na economia, e a garantia dos ganhos do trabalho e estímulo a empresa nacional.

O governo João Goulart, na área econômica perdurou seus anos de governo buscando a estabilização da economia com o controle da inflação que em 1961 ultrapassava os 30%, e tentando realizar as reformas de base junto com a contenção dos reajustes salariais, itens estes que focaram a criação e a implementação do Plano Trienal.

Em dezembro de 1962, foi divulgado o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, que continha o objetivo principal de conter a inflação crescente na economia brasileira que alcançava o percentual de 50% naquele ano, através do controle da emissão de moeda, evitando uma hiperinflação que poderia paralisar a atividade econômica do país.

O plano também buscava elevar o crescimento da economia rapidamente através das reformas de base, que seriam medidas econômicas e sociais de caráter nacionalista, criando uma maior presença do Estado na economia e maior controle dos investimentos estrangeiros no país, mediante o regramento das remessas de lucros para o exterior.

O Plano Trienal aliava ainda um controle do déficit público e a captação de recursos externos para a implementação de tais reformas de base.

Dentre as reformas de base projetadas, estavam as reformas agrárias, bancária, fiscal, educacional, urbana e eleitoral.

A reforma agrária consistia basicamente em promover a democratização da terra aliado ao Estatuto do Trabalhador Rural, enquanto que a reforma urbana focava o fornecimento de habitação à população de baixa renda.

No campo educacional a meta era valorizar os professores, e combater o analfabetismo, e na reforma eleitoral incluir tais analfabetos ao direito ao voto e aos militares de baixa patente.

Por fim, a reforma bancária buscava ampliar o crédito aos produtores agrícolas, e a reforma fiscal, aumentava impostos para os contribuintes com altas rendas, promovendo uma justiça fiscal, além de regulamentar a remessa de lucros das empresas multinacionais para o exterior.

Porém, o Plano Trienal não foi aprovado pelo Congresso Nacional, devido a situação política de João Goulart, conturbada desde a sua posse, a qual não lhe sustentava apoio político no Congresso Nacional, aliado a isto, a realização no mês subsequente, do plebiscito que decidiria o regime político a ser adotado no país entre parlamentarismo ou presidencialismo, e os altos índices de inflação apresentados naquele ano, não favoreciam a conquistar apoio na aprovação do seu projeto de governo.

O Plano Trienal tentado pelo governo João Goulart, poria em prática uma política econômica de austeridade com o objetivo de sanear as finanças públicas, e conjuntamente contemplar as exigências do FMI quanto à política monetária e fiscal, controlando assim a inflação e alcançar a tão esperada estabilidade econômica, e por que não junto, a estabilidade política. Porém, tal plano foi abandonado em junho de 1963, devido a sua não aprovação pela oposição no Congresso Nacional.

Para tentar conter a alta da inflação, e ajustar os financiamentos do governo, foi lançada a Instrução nº 255 da SUMOC em outubro de 1963, quando o Banco do Brasil foi autorizado a emitir letras do Tesouro Nacional para captar recursos internos, o que não surtiu o efeito almejado.

Devido a situação política e econômica desfavorável ao seu governo, tais políticas não puderam ser implementadas.

4.4 – ANÁLISE COMPARATIVA DAS CONTAS PÚBLICAS ANTES, DURANTE E PÓS GOVERNO JUSCELINO KUBITSCHEK

O desenvolvimentismo pode ser definido como um modelo de desenvolvimento voltado centralmente para a realização de um crescimento econômico acelerado, acima dos padrões históricos tradicionais, tendo o objetivo de encurtar a distância em relação aos países considerados desenvolvidos, abrindo mão em grau elevado, de recursos adicionais, extraídos compulsoriamente da sociedade ou buscado no exterior, e tendo o Estado como principal agente indutor e impulsionador do processo, quer sinalizando os rumos da economia e direcionando os investimentos através do planejamento, quer investindo diretamente em setores fundamentais como infraestrutura e indústria básica.

Até aproximadamente a década de 30, o Brasil era considerado um país agroexportador, sua população estava concentrada na zona rural e a produção nacional dependia fortemente da agricultura destinada ao mercado externo, sobretudo da produção e das exportações de café. A partir de meados do século XX, reverte-se este modelo econômico através da industrialização por substituição de importações. Essa transformação, além de promover a industrialização da economia, implicou em uma forte urbanização do país.

Após a Segunda Guerra Mundial, muitos países, principalmente os europeus e os Estados Unidos, ao conciliar a sua reconstrução perante a devastação patrimonial e emocional que havia naquele período, iniciam uma reforma das suas bases industriais com novos conceitos de trabalho e de produção, buscando expandir para mercados promissores onde possam investir seus excedentes de

capital, e exportar o excesso de produção interna, criada para fomentar o emprego nos países destruídos pela guerra, melhorando a renda do país e a autoestima da população local, focando principalmente os países subdesenvolvidos.

O Brasil, pelo seu promissor mercado interno, possuía as características evidenciadas, havendo uma sinergia entre esse movimentos dos capitais internacionais com o objetivo traçado pelo governo de Juscelino Kubitschek.

Para iniciarmos nossa análise, vamos conceituar o Produto Interno Bruto (PIB), que é o indicador básico na avaliação do crescimento econômico de um país, sendo o valor que agrega todos os bens e serviços finais produzidos dentro de um país, independentemente da nacionalidade dos proprietários da produção destes bens e serviços (SANDRONI, 1999).

Após um período de intenso crescimento do PIB entre 1957 e 1962, a economia brasileira sofreu uma desaceleração, reduzindo a taxa média de crescimento do PIB para metade do percentual alcançado no período anterior, conforme é perceptível na Tabela 1.

TABELA 1 – Evolução do Produto Interno Bruto (1951-1964)

| Ano | Produto Interno Bruto | |
|-------------|---------------------------------|--------------------|
| | VALOR TOTAL (Cr\$ 1.000.000) | VARIAÇÃO ANUAL (%) |
| 1951 | 305.600 | 5,10% |
| 1952 | 350.200 | 5,60% |
| 1953 | 428.800 | 3,20% |
| 1954 | 555.200 | 7,70% |
| 1955 | 691.700 | 6,80% |
| 1956 | 884.400 | 1,90% |
| 1957 | 1.056.600 | 6,90% |
| 1958 | 1.310.000 | 6,60% |
| 1959 | 1.788.900 | 7,30% |
| 1960 | 2.385.600 | 6,30% |
| 1961 | 3.522.000 | 7,70% |
| 1962 | 5.586.800 | 5,20% |
| 1963 | 9.847.000 | 1,60% |
| 1964 | 18.867.300 | 3,10% |

Fonte: Anuários Estatísticos, período de 1951-1964

Esta redução do crescimento econômico evidencia a possibilidade de uma crise cíclica, haja vista a conclusão de muitos dos investimentos planejados no Plano de Metas no ano de 1961 – último ano de governo de Juscelino Kubitschek, e gravada pela instabilidade política presente na época.

Após a conclusão destes investimentos, a economia necessitaria de um tempo para absorver toda a produção inclusa na economia através destes empreendimentos, na medida em que na época já ocorria capacidade ociosa em alguns setores, o que se apresentou como um freio natural para a continuidade dos investimentos.

Outra possibilidade é a ocorrência de ter havido subestimação da planta industrial já existente no país naquela época, assim como uma superestimação da demanda do mercado nacional dos produtos e mercadorias introduzidas pela nova matriz industrial brasileira.

Se comparado com o período de crescimento econômico do governo Juscelino Kubitschek, o início dos anos 60 mostrava forte reversão da situação econômica, iniciando em 1963 a primeira grande crise econômica do Brasil em sua fase industrial, com a queda nos investimentos e reduzindo a taxa de crescimento da renda.

Conforme verificado na literatura pesquisada, uma crise econômica se caracteriza por um declínio da produção econômica, do nível de emprego e dos salários, por uma crescente insatisfação e descontentamento popular e política, e um grande debate nacional em torno das possibilidades para sair de uma situação crítica apresentada. (BRUM,1996)

No período de 1961/1964, a população do Brasil percebia cada vez mais que estava envolvida em uma crise econômica. Com o fim das possibilidades de crescimento da economia, através da política desenvolvimentista, o país iniciou um período de estagnação e recessão, com a inflação acelerando a corrosão dos salários e diminuindo o poder de compra da população brasileira.

TABELA 2 – Evolução do Índice de inflação (1951-1964)

| Ano | INFLAÇÃO DO PERÍODO |
|-------------|----------------------------|
| 1951 | 14,90% |
| 1952 | 8,60% |
| 1953 | 18,60% |
| 1954 | 20,20% |
| 1955 | 16,70% |
| 1956 | 25,50% |
| 1957 | 11,80% |
| 1958 | 16,30% |
| 1959 | 27,20% |
| 1960 | 25,40% |
| 1961 | 37,10% |
| 1962 | 50,80% |
| 1963 | 72,80% |
| 1964 | 90,80% |

Fonte: Anuarios Estatísticos, período de 1951-1964

Podemos definir a inflação como um aumento generalizado e contínuo dos preços (GREMAUD, VASCONCELLOS, JUNIOR, 2002). A contrapartida desse aumento dos preços é a perda de poder aquisitivo da moeda, ou seja, uma unidade monetária pode adquirir menos bens e serviços, pois estes estão mais caros.

A economia interna no início da década de 50, já enfrentava uma tendência inflacionária, oriunda do aumento da moeda em circulação, devido ao aumento do preço internacional do café, o que provocou uma elevação do custo de vida e uma desvalorização do salário dos trabalhadores.

Porém, no final do governo de Juscelino Kubitschek, a inflação alcançava um patamar de 37,10% em 1961, refletindo em um aumento de 45%, perante os 25,50% de inflação em 1956, quando Juscelino Kubitschek assumiu a presidência.

A inflação manteve uma crescente assustadora nos anos seguintes, alcançando três anos após o governo de JK, o percentual de 90,80% ao ano em 1964, refletindo para os governos posteriores os desequilíbrios proporcionados pela realização do Plano de Metas em alguns indicadores econômicos, e provocando a redução drástica no crescimento do PIB, que em 1962 foi de 5,20% e de apenas 1,60% em 1963.

Esta aceleração da inflação no governo de Juscelino Kubitschek pode ter sido ocasionada pela expansão do crédito ao consumidor interno incentivado pela política econômica do governo para aumentar a demanda dos novos produtos produzidos no país, o incentivo as importações para as indústrias de base, assim como provocado pela necessidade de manter os investimentos e cumprir o Plano de Metas junto com o pagamento dos credores externos, os quais criavam a necessidade de constantes emissões de moeda, gerando um meio do governo para autofinanciamento da expansão econômica, mecanismo este conhecido no campo econômico como “poupança forçada”.

Todo este cenário de descontrole da inflação, com sua aceleração no início da década de 60, devido ao excesso de gastos do governo de Juscelino Kubitschek em grande parte, para conseguir implantar e executar as 31 metas do Plano de Metas dentro do cronograma previsto é trazido a esta análise através da tabela 3 abaixo, onde é analisado o volume da receita e da despesa pública ano a ano no período em análise, e apurado o resultado final de cada ano, obtendo o governo *saldo*, quando positivo o valor final de cada ano, ou *déficit* quando o valor final apresentou variação negativa no ano de sua apuração.

TABELA 3 – Evolução das Finanças Públicas da União (1954-1964)

| Ano | Receita Arrecadada (Cr\$ 1.000) | Variação da Receita (%) | Despesa Nacional (Cr\$ 1.000) | Variação da Despesa (%) | SALDO (+) ou DÉFICIT (-) (em Cr\$ 1.000) |
|------|------------------------------------|----------------------------|----------------------------------|----------------------------|---|
| 1951 | 27.428.004 | 41,58% | 24.609.329 | 3,97% | 2.818.675 |
| 1952 | 30.739.617 | 12,07% | 28.460.745 | 15,65% | 2.278.872 |
| 1953 | 37.057.229 | 20,55% | 39.925.491 | 40,28% | -2.868.262 |
| 1954 | 46.539.006 | 25,59% | 49.250.117 | 23,36% | -2.711.111 |
| 1955 | 55.670.936 | 19,62% | 63.286.949 | 28,50% | -7.616.013 |
| 1956 | 74.082.539 | 33,07% | 107.028.203 | 69,12% | -32.945.664 |
| 1957 | 85.788.466 | 15,80% | 118.711.591 | 10,92% | -32.923.125 |
| 1958 | 117.816.368 | 37,33% | 148.478.452 | 25,07% | -30.662.084 |
| 1959 | 157.826.693 | 33,96% | 184.273.251 | 24,11% | -26.446.558 |
| 1960 | 233.012.566 | 47,64% | 264.636.262 | 43,61% | -31.623.696 |
| 1961 | 317.454.000 | 36,24% | 419.914.000 | 58,68% | -102.460.000 |
| 1962 | 511.828.000 | 61,23% | 726.694.000 | 73,06% | -214.866.000 |
| 1963 | 953.054.000 | 86,21% | 1.277.577.000 | 75,81% | -324.523.000 |
| 1964 | 2.010.624.000 | 110,97% | 2.770.714.000 | 116,87% | -760.090.000 |

Fonte: Anuários Estatísticos, período de 1951-1964

Para tornar mais claro a análise, vamos considerar Receita Pública (PEREIRA, 2003), como a entrada de recursos financeiros nos cofres públicos que se efetivam de maneira permanente no patrimônio do Estado, e que não esteja condicionado a sua devolução ou correspondente baixa patrimonial, ou seja, é o ingresso definitivo de recursos ao patrimônio público, sem qualquer compromisso ou obrigatoriedade, aumentando as disponibilidades do tesouro nacional.

Já a Despesa Pública (PEREIRA, 2003), é o conjunto de dispêndios do Estado ou de outra pessoa de direito público, para o funcionamento dos serviços públicos. A despesa é parte do orçamento, e compreende as autorizações para

gastos com as várias atribuições e funções governamentais, correspondendo às distribuições e ao emprego das receitas públicas para o custeio de diferentes setores da Administração Pública e para os investimentos.

Estes dois conceitos apresentados (receita e despesas públicas) fazem parte do Orçamento Público, que é um processo contínuo que traduz, em termos financeiros, planos, programas, projetos e atividades de trabalho, para um determinado período, ajustando o ritmo de execução ao fluxo de recursos previstos, de forma a garantir adequada liberação desses recursos (SANTOS, 2010).

Assim, o Déficit Público (SANDRONI, 1999) é a diferença ocorrida quando as despesas são maiores do que os valores arrecadados, ou seja, ocorre quando o governo gasta mais do que arrecada com impostos.

Ao apurar a relação da receita pública arrecadada, com a despesa pública realizada em cada ano, encontramos saldo positivo apenas nos anos de 1951 e 1952, durante o governo de Getúlio Vargas, os quais refletiam a política cambial de analisar caso a caso para a liberação da importação, os quais eram estudados junto com as contas do governo, e funcionavam como um sistema de proteção da balança de pagamentos, evitando indesejáveis déficits públicos.

Posteriormente, após o fim da política cambial de licença prévia em 1952, os déficits públicos tiveram início e não saíram mais das pautas da economia de todos os governos, incidência de déficits públicos que coincidem com a criação de um órgão governamental (BNDE) e de uma estatal em 1953 (Petrobrás) que elevaram inicialmente os gastos do governo, o qual precisou injetar recursos nos mesmos até a sua formação de capital consolidada. Porém, tal desvio de recursos de áreas de Estado, para fomentar empresas estatais, é um problema vivenciado até os dias atuais.

Um dos motivos dos déficits apresentados, é a existência de uma baixa capacidade de recursos financeiros do país, como era o caso brasileiro, levando-o a endividar-se ao longo do tempo para manter o nível de serviços públicos prestados,

e os investimentos que o Estado entendia como necessários, como foi o caso do Plano de Metas.

No período de 1952 (último ano de saldo positivo no balanço de pagamentos) a 1961 (último ano do governo JK), os gastos públicos apresentaram um crescimento de 1.475,41%, sendo gasto em 1961 a quantia de Cr\$ 419,9 bilhões, enquanto que a receita não conseguiu acompanhar o mesmo ritmo, apresentando um crescimento de 1.032,72% com uma arrecadação em 1961 de Cr\$ 317,4 bilhões, gerando um déficit de mais de Cr\$100 bilhões, perante o saldo positivo que existia na apuração de uma década anterior de Cr\$ 2,2 bilhões.

Esta relação não conciliadora de receita x despesa no governo de Juscelino Kubitschek foi um dos motores do aumento da inflação em seu governo, que aumentava os gastos em busca do ideário desenvolvimentista do governante, e que foi aprofundada no governo sucessor, o qual teve que pagar a concretização do sonho de Juscelino Kubitschek com o aumento das despesas, devido ao aumento do número de funcionários advindos para a nova estrutura federal, e dos serviços da dívida pública criada.

Em 1964 o déficit público chegou ao valor de Cr\$ 760 bilhões, um acréscimo de 741,84% em apenas três anos após o encerramento do governo de Juscelino Kubitschek.

Muitos governos, de diversos países, para financiar os déficits públicos, normalmente recorrem à emissão de moeda, ou aumentam a dívida pública através da venda de títulos públicos. Juscelino Kubitschek recorreu as duas alternativas. Primeiramente veremos a evolução da dívida pública brasileira no período em estudo.

TABELA 4 – Evolução da Dívida Pública Fundada da União (1951-1964)

| Ano | Dívida Externa (em milhares) | | | | Dívida Interna Fundada (Cr\$) |
|-------------|------------------------------|--------|---------------|---------------|----------------------------------|
| | Dólares | Libras | Francos-papel | Francos -Ouro | |
| 1951 | 81.956 | 25.429 | 37.046 | 25.825 | 10.446.424 |
| 1952 | 76.738 | 22.271 | 34.025 | 21.971 | 10.450.213 |
| 1953 | 70.567 | 18.974 | 32.976 | 20.373 | 10.451.141 |
| 1954 | 64.132 | 15.739 | 32.976 | 20.373 | 10.451.537 |
| 1955 | 57.717 | 12.562 | 32.976 | 20.373 | 10.558.244 |
| 1956 | 51.124 | 9.641 | 32.976 | 20.373 | 10.642.446 |
| 1957 | 45.086 | 7.701 | 23.320 | 12.459 | 10.736.766 |
| 1958 | 38.792 | 6.264 | 23.320 | 12.459 | 11.000.050 |
| 1959 | 32.218 | 4.802 | 22.126 | 11.312 | 12.444.418 |
| 1960 | 25.532 | 3.318 | 22.017 | 11.221 | 12.568.908 |
| 1961 | 19.317 | 1.814 | 0 | 0 | 14.359.797 |
| 1962 | 16.892 | 363 | 0 | 0 | 31.303.545 |
| 1963 | 14.544 | 0 | 0 | 0 | 54.650.370 |
| 1964 | 11.319 | 0 | 0 | 0 | 152.131.903 |

Fonte: Anuários Estatísticos , período de 1950-1965

A Dívida Pública pode ser flutuante ou consolidada. A Dívida Flutuante é a dívida contraída por um prazo breve e indeterminada, sendo paga normalmente dentro do mesmo exercício financeiro, objetivando atender às necessidades de caixa do governo.

Diferentemente, a Dívida Consolidada ou Fundada, é a que decorre de um contrato de crédito estipulado em prazos longos ou sem obrigatoriedade de resgate, com o pagamento de juros e prestações.

TABELA 5 – Evolução da Dívida Pública Flutuante da União (1951-1964)

| Ano | Dívida Flutuante (Cr\$) |
|-------------|--------------------------------|
| 1951 | 14.256.891 |
| 1952 | 14.911.099 |
| 1953 | 15.155.342 |
| 1954 | 24.896.440 |
| 1955 | 27.051.008 |
| 1956 | 145.557.230 |
| 1957 | 103.872.894 |
| 1958 | 100.492.007 |
| 1959 | 534.697.166 |
| 1960 | 781.833.473 |
| 1961 | 444.917.102 |
| 1962 | 773.186.856 |
| 1963 | 1.328.544.122 |
| 1964 | 857.698.949 |

Fonte: Anuários Estatísticos , período de 1950-1965

No período em estudo, podemos constatar que o aumento do endividamento foi acelerado a partir da década de 60, supostamente financiado pela entrada de recursos externos, o qual foi aproveitado pela grande liquidez internacional de capitais, sendo a forma mais utilizada a captação de recursos de curto prazo aumentando a dívida flutuante.

Constata-se na análise da Tabela 5, o grande aumento da Dívida Flutuante a partir de 1956 (primeiro ano do governo JK), quando apresentou o espantoso crescimento de 538,00% perante a dívida existente em 1955. O crescimento deve-se à crise fiscal do Estado, com déficits públicos crescentes analisados na Tabela 3, que, para serem financiados, levaram ao grande crescimento no estoque de dívida pública.

Em 1959, a negativa de empréstimo do Fundo Monetário Internacional (FMI), no valor de US\$ 300 milhões, necessários para concluir a construção de Brasília, obrigou o governo de Juscelino Kubitschek a emitir títulos da dívida pública e cartas precatórias de curto prazo abaixo do valor de mercado, o que aumentou consideravelmente a dívida pública e que dificultaram a governabilidade do governo sucessor. Conforme a tabela 5, a dívida flutuante teve uma elevação de 532,08% em 1959, alcançando a quantia de mais de Cr\$ 534 bilhões.

Os empréstimos externos e os valores captados na venda de títulos públicos, destinavam-se sobretudo a financiar a construção de obras públicas, como rodovias, ferrovias, usinas hidrelétricas, siderúrgicas, constantes no Plano de Metas de Juscelino Kubitschek.

O incremento na dívida teve sua situação agravada com o aumento das remessas de lucro das empresas estrangeiras de “capital associado” (capital estrangeiro em conjunto com o capital nacional) atraídos pela política econômica do governo de JK, e pelos sucessivos e crescentes déficits na balança de pagamentos do país desde o início do governo Juscelino Kubitschek.

Após um período sem conseguir crédito com o Fundo Monetário Internacional (FMI), em 1963 o Brasil conseguiu um empréstimo de US\$ 398 milhões, sendo liberados apenas US\$ 84 milhões imediatamente, e o restante condicionados à realização das reformas econômicas exigidas pelo fundo (reformas de base), as quais não puderam ser aplicadas, devido a não aprovação pelo Congresso do Plano Trienal do Governo João Goulart.

Como não obteve sucesso com o valor pretendido no empréstimo com o FMI, João Goulart recorreu ao mesmo instrumento de Juscelino Kubitschek em 1959, emitindo títulos representativos da dívida pública, aumentando em aproximadamente mais de Cr\$ 500 bilhões a dívida interna do país em 1963.

Nos governos estudados neste projeto, este tipo de política econômica, além de constituir uma receita momentânea para o Estado, foi usada também para

controlar a quantidade de moeda em circulação na economia, ao tentar conter o aumento da inflação, realizando juntamente com isto, a rolagem da dívida pública.

Com os dados apurados e apresentados até aqui, podemos constatar que o aumento do déficit público, abriu portas para que a inflação se elevasse cada vez mais, e provocasse o aumento da dívida pública.

Podemos também apurar que nem sempre o que compromete um país é o tamanho de sua dívida pública, mas sim a relação com a política econômica e a maneira como os agentes políticos tratam para financiar o setor público.

No caso de se tentar reduzir a dívida pública, o governo deveria primeiramente começar a obter superávits nas despesas públicas, o que significava cortar gastos ou aumentar impostos, para poder compensar as despesas relacionadas com o serviço da dívida (juros e prestações). Porém, tal medida seria recessiva, paralisando os investimentos projetados no Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, além de prejudicar a prestação de serviços públicos prestados à população.

Voltando ao que já foi explicitado anteriormente após a análise das finanças públicas, onde descrevemos que para financiar os déficits públicos, normalmente os governos recorrem à emissão de moeda, ou aumentam a dívida pública através da venda de títulos públicos. Juscelino Kubitschek recorreu as duas alternativas. Primeiramente vimos à evolução da dívida pública brasileira no período em estudo, agora vamos analisar as emissões de moeda nos governos objeto de estudo.

TABELA 6 – Evolução da Emissão de Papel-Moeda (1951-1964)

| Ano | Papel-Moeda em Circulação Total (Cr\$ 1.000) | Varição perante o ano anterior (%) |
|-------------|---|---|
| 1951 | 35.319.454 | |
| 1952 | 39.282.242 | 11,22% |
| 1953 | 47.004.352 | 19,66% |
| 1954 | 59.039.212 | 25,60% |
| 1955 | 69.339.910 | 17,45% |
| 1956 | 80.819.139 | 16,56% |
| 1957 | 96.575.095 | 19,50% |
| 1958 | 103.380.930 | 7,05% |
| 1959 | 105.579.000 | 2,13% |
| 1960 | 169.354.000 | 60,41% |
| 1961 | 255.774.000 | 51,03% |
| 1962 | 396.678.000 | 55,09% |
| 1963 | 683.825.000 | 72,39% |
| 1964 | 1.155.779.000 | 69,02% |

Fonte: Anuários Estatísticos, período de 1951-1964

A emissão de moeda pode ocasionar em aumento da inflação devido ao aumento de moeda em circulação na economia, e se o governo tentar corrigir a ação anterior com outra ação semelhante (emissão de moeda), isso servirá apenas para manter a base real no mesmo lugar, ou seja, o governo consegue se financiar, porém cria um imposto inflacionário para a sua população, pois tais recursos poderiam ter sido arrecadados na elevação de um tributo, porém o aumento de recursos advém da emissão de moeda.

Na tabela 6, podemos perceber que o aumento deste instrumento econômico foi muito utilizado a partir de 1960, quando houve uma elevação de 60,41% de papel-moeda emitido, e manteve um constante acréscimo sempre acima de 50% de emissão nos anos seguintes na década de 60, até o final do governo de João Goulart.

Ao relacionar estes dados da tabela 6, com os dados relativos a inflação constante na tabela 2, podemos perceber que o acréscimo da inflação em patamares acima de 30,00%, o que ainda não havia ocorrido na economia brasileira até então, são pertinentes nos mesmos anos em que os governos abusaram da emissão de papel-moeda, o qual tem destaque para o governo de Juscelino Kubitschek a partir de 1960, e que esta política continuou no governo de Jânio Quadros e João Goulart (1962-1964).

O papel emitido teve um acréscimo no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) de 369,00% perante o governo de 1951-1955, encerrando seu governo com um total de Cr\$ 255,7 bilhões de papel-moeda emitido.

Porém, a herança econômica deixada por Juscelino Kubitschek, uma dívida pública elevada e uma inflação galopante, fez com que o governo posterior também utilizasse da emissão de papel-moeda, como um meio para resolver a situação econômica do país. Nos anos seguintes ao governo de Juscelino Kubitschek, houve um acréscimo de 452% no papel-moeda em circulação no país, alcançando o valor de Cr\$ 1,15 trilhão em 1964.

Essa forma de elevadas emissões de moeda utilizadas pelos governos brasileiros nas décadas de 50 e 60, era uma forma de estancar a sangria das contas públicas que ocorria devido, principalmente ao déficit público elevado. O aumento da inflação não ocorria sem aumentos correspondentes no estoque de moedas. Essas emissões de moeda demonstravam a incapacidade que os governos possuíam em conter as despesas públicas, assim como o aumento da dívida pública.

Para o pagamento da dívida pública, considera-se seguro um nível de reservas internacionais que possam garantir pelo menos por três meses de importações.

Em relação as reservas internacionais, as mesmas são entendidas como (CARVALHO e da SILVA, 2000) o estoque de ativos monetários em poder das autoridades governamentais, para pagamento de dívidas. As reservas são compostas pelo ouro monetário (estoque de ouro em poder do Banco Central), a posição das reservas no FMI (crédito) e os haveres de curto prazo no exterior.

Neste estudo, vamos apenas exemplificar através da Tabela 7 as reservas de ouro, para demonstrarmos a deterioração das reservas, que mantiveram o seu estoque nominal com pouca variação até 1963, quando houve uma lapidação das reservas de ouro nacionais em 1963-1964, reduzindo em 73,00% as reservas de ouro do país.

TABELA 7 – Evolução do Saldo de Reservas de Ouro (1951-1964)

| Ano | Reserva de Ouro (Cr\$ 1.000) | Varição perante o ano anterior (%) |
|-------------|-------------------------------------|---|
| 1951 | 6.402.934 | |
| 1952 | 6.464.871 | 0,97% |
| 1953 | 6.480.217 | 0,24% |
| 1954 | 6.495.635 | 0,24% |
| 1955 | 6.509.336 | 0,21% |
| 1956 | 6.526.800 | 0,27% |
| 1957 | 6.533.830 | 0,11% |
| 1958 | 6.546.000 | 0,19% |
| 1959 | 6.570.000 | 0,37% |
| 1960 | 5.854.000 | -10,90% |
| 1961 | 6.126.000 | 4,65% |
| 1962 | 6.179.000 | 0,87% |
| 1963 | 5.280.000 | -14,55% |
| 1964 | 1.669.000 | -68,39% |

Fonte: Anuários Estatísticos, período de 1951-1964

Por fim, analisaremos a Balança Comercial brasileira no período de 1951 a 1964, que é a parte do Balanço de Pagamentos que registra a diferença entre as exportações e importações de mercadorias de um país, sendo o Balanço de Pagamentos o registro das transações econômicas entre residentes e não-residentes de um país durante um determinado período de tempo. (CARVALHO, e da SILVA, 2000).

TABELA 8 – Evolução da Balança Comercial (1951-1964)

| Ano | VALOR (US\$ 1.000) | | SALDO (US\$ 1.000) |
|-------------|--------------------|------------|-----------------------|
| | EXPORTAÇÃO | IMPORTAÇÃO | |
| 1951 | 1.770.000 | 1.703.000 | 67.000 |
| 1952 | 1.416.000 | 1.702.000 | (286.000) |
| 1953 | 1.539.000 | 1.116.000 | 423.000 |
| 1954 | 1.558.000 | 1.408.000 | 150.000 |
| 1955 | 1.419.000 | 1.099.000 | 320.000 |
| 1956 | 1.482.000 | 1.046.000 | 436.000 |
| 1957 | 1.392.000 | 1.285.000 | 107.000 |
| 1958 | 1.243.000 | 1.179.000 | 64.000 |
| 1959 | 1.282.000 | 1.210.000 | 72.000 |
| 1960 | 1.269.000 | 1.293.000 | (24.000) |
| 1961 | 1.403.000 | 1.292.000 | 111.000 |
| 1962 | 1.214.000 | 1.304.000 | (90.000) |
| 1963 | 1.406.000 | 1.294.000 | 112.000 |
| 1964 | 1.430.000 | 1.086.000 | 344.000 |

Fonte: Anuários Estatísticos, período de 1951-1964

No final dos anos cinquenta, as contas brasileiras com o exterior estão declinando, reduzindo o valor dos elevados superávits que eram costumeiros no período de 1953 a 1956, apresentando superávits de 1957 a 1959, porém de pequena expressão.

Até o ano de 1956, as exportações ainda dependiam de um único produto, o café, e as importações não podiam ser controladas, devido a necessidade da importação de máquinas e equipamentos para a indústria em expansão, a importação do petróleo para o transporte, e de algumas matérias-primas básicas como cobre e fertilizantes, todos estes itens planejados no Plano de Metas de Juscelino Kubitschek.

A deterioração das contas externas do país, só não foi pior, devido a capacidade de geração de divisas do Brasil, devido a política de industrialização do governo de Juscelino Kubitschek, o qual garantiu o futuro neste campo econômico, pelos gastos praticados em investimentos diretos, haja vista, que os investimentos diretos apresentam a vantagem de provocar crescimento da economia, e aumentar a exportação.

Porém, o que a política econômica do governo de Juscelino Kubitschek criava, a mesma retirava, pois as importações citadas no parágrafo anterior, quase que anulavam tal herança econômica deixada pelos investimentos realizados no país, não criando desta forma superávits necessários para suprir os déficits públicos crescentes advindos do aumento dos gastos públicos com a nova capital federal, a nova estrutura governamental, com mais ministérios e órgãos federais, a criação de empresas estatais, além do aumento da dívida pública, e o custo de uma inflação crescente, alimentada principalmente pelo excesso de emissão de papel-moeda ocorrido no final da década de 50, início da década de 60.

5 - CONCLUSÃO

Após analisarmos os indicadores econômicos e de finanças públicas dos governos brasileiros do período de 1951 a 1964, entre o governo de Getúlio Vargas / Café Filho que antecedeu o governo de Juscelino Kubitschek, e o governo de Jânio Quadros / João Goulart que herdou o governo de Juscelino Kubitschek, objetivaremos alcançar a melhor conclusão possível da análise e do estudo realizado.

Inicialmente, concluímos que quando Juscelino Kubitschek assumiu a presidência da República, o mesmo herdou do governo anterior (Getúlio Vargas / Café Filho), um país que já apresentava algumas mudanças estruturais, como a criação do BNDE, da Petrobrás, de autarquias e agências desenvolvimentistas para promover setores específicos que serviram de base do desenvolvimento do modelo econômico adotado, o qual foi focado na industrialização tendo o Estado como agente investidor.

Com esta estrutura estabelecida, no governo de Juscelino Kubitschek, o Estado foi transformado em instrumento deliberado e efetivo em prol do desenvolvimento industrial e econômico, pois o Plano de Metas tinha o objetivo otimista de recuperar o atraso industrial discrepante que o país apresentava perante os países considerados desenvolvidos, e até mesmo em comparação com alguns países considerados como subdesenvolvidos, sendo o processo de desenvolvimento implantado por Juscelino Kubitschek essencialmente um processo de modernização da matriz

Esta política de desenvolvimento onde o Estado assumia o papel de promotor do desenvolvimento econômico e industrial, muito praticada em outros países considerados subdesenvolvidos ou de industrialização tardia nas décadas de 50 e 60, ocorreu na forma da criação de empresas estatais que ocuparam setores estratégicos do desenvolvimento econômico no país.

Assim, no governo de Juscelino Kubitschek o Estado assumiu uma função estruturante do desenvolvimento, que não fazia parte de suas funções clássicas,

uma vez que o desenvolvimento era visto como uma consequência da atuação do mercado, sendo o grande condutor do desenvolvimento econômico nos setores siderúrgico, da exploração do petróleo e de energia elétrica, por exemplo.

Porém, o rápido crescimento econômico no período de Juscelino Kubitschek, com profundas mudanças estruturais, principalmente na base produtiva da indústria, a partir de 1962 se manifestou em queda do ritmo de crescimento industrial, configurando a primeira crise econômica do Brasil.

Em conjunto aos dados analisados, com destaque aos indicadores do PIB, podemos concluir que a crise dos anos 60 deveu-se a uma desaceleração dos investimentos, tanto os do próprio governo como os investimentos privados, repercutindo em toda a economia brasileira. A queda desses investimentos, pode ter sido provocada pelo excesso de capacidade produtiva gerada pelo bloco de investimentos inclusos no Plano de Metas, o que diminuiu a necessidade de novas inserções, afetando o resto dos setores, que haviam superestimado a demanda do mercado nacional dos produtos e mercadorias introduzidas pela nova matriz industrial brasileira.

A demanda reprimida que havia sido sanada através destes investimentos, esgotou-se rapidamente, devido a baixa renda “per capita” da população brasileira, e da alta concentração de renda no país, centralizada nas regiões sudeste e sul.

Dito isso, o Plano de Metas tinha dimensões muito ambiciosas, superiores às reais possibilidades do país para realizá-lo.

Os principais problemas do plano de metas estavam na questão do financiamento. Os investimentos públicos, na ausência de uma reforma fiscal condizentes com as metas e os gastos planejados, precisaram ser financiados principalmente por meio de emissão monetária, provocando uma aceleração inflacionária, e também pela contratação de financiamento externo, ocasionando uma deterioração das reservas e crescimento da dívida.

Os primeiros passos rumos à abertura da nossa economia ao capital estrangeiro foram dados em 1953 com a reforma cambial, que permitia as entradas e saídas de capital e de lucro a uma taxa cambial livre.

Não só se concederam vantagens, isenções e privilégios às empresas estrangeiras, mas também se permitia que elas realizassem a importação do exterior, de suas matrizes, máquinas e equipamentos obsoletos, valorizando-os como se fossem novos, tudo sem cobertura cambial ou restrição de qualquer espécie quanto aos similares de fabricação nacional, ao mesmo tempo que era negado o mesmo direito e procedimento às empresas brasileiras.

Ao invés desta política cambial praticada no governo de Juscelino Kubitschek, o mesmo para não dilapidar a balança comercial, e ainda aumentar a receita pública, diminuindo o déficit público, em um período de vasta importação das empresas estrangeiras para criar suas plantas industriais no país, poderia ter tarifado as importações, haja vista a facilidade de arrecadação em comparação a outras formas de tributação, pois necessita apenas do controle do ingresso de mercadorias nos portos, aeroportos e fronteiras, enquanto que a tributação da renda ou do consumo necessita de um aparato burocrático e operacional maior.

No período de execução do Plano de Metas a deterioração das relações de troca, demonstrada através da Balança Comercial na Tabela 8, atingiu cerca de 65,00%, sendo que no período anterior (1951 a 1955) havia apresentado saldos positivos consideráveis.

Uma das possibilidades para a correção desse déficit seria retraindo o consumo, tornando-o menor que ao crescimento do PIB, porém, isto contrairia as metas do plano e da política econômica que era aumentar a produção e o consumo de bens duráveis.

A alternativa mais fácil foi lançar mão do imposto da inflação como reforço ao refinanciamento da implantação do Plano de Metas.

A inflação foi usada como mecanismo de poupança forçada, destinada a financiar a implantação do Programa de Metas. Durante todo o período do governo Juscelino Kubitschek a inflação manteve-se relativamente alta, e com tendência crescente. De uma taxa anual de 16,7% em 1955 passa a 37,1% em 1960.

Os dados sobre a evolução da dívida pública do Brasil apresentados nas tabelas 4 e 5, não deixam dúvidas quanto à importância destes fatores na explicação para o crescimento do endividamento. O aumento das despesas com a dívida deteriorou as reservas e as finanças públicas do país, estancando o crescimento do país, reduzindo o nível de investimentos e apertando o gatilho para a disparada da inflação. A crise da dívida pública desestruturou profundamente a economia brasileira e conduzindo o país a uma inflação galopante.

Os empréstimos externos destinavam-se, sobretudo a financiar a construção de obras públicas, investimentos estatais em energia elétrica, transportes e pelos altos gastos na construção de Brasília.

O descontrole das contas públicas dos governos, criados para alcançar o objetivo do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, junto com os crescentes déficits nas contas externas do país, são os fatores que iniciaram as crises econômicas e dificuldades orçamentárias dos governos brasileiros.

O aumento dos gastos públicos para alcançar a execução total das 31 metas do plano, associados a uma queda no mercado internacional dos produtos de exportação do Brasil, como o café, resultaram em uma pressão inflacionária, e do endividamento do setor público, derivada da entrada massiva do capital estrangeiro no país.

Também, podemos constar nesta conclusão, a falta de uma política de crédito com financiamentos de longo prazo para o consumidor interno, devido à retração creditícia para conter o déficit público pode ser uma das possibilidades da iniciada da recessão econômica, advinda junto com os altos índices de inflação.

O déficit público estrutural tornou-se inconveniente para o desenvolvimento econômico do país, criando a necessidade do governo de realizar emissões de papel-moeda em excesso para financiar o ritmo acelerado das obras públicas, refletindo em uma inflação crescente, reduzindo o ritmo das atividades econômicas e da arrecadação tributária.

Junto a isto, a apresentação de redução nos superávits da balança comercial descritos anteriormente, fez com que o governo perdesse o fôlego de investir, reduzindo seu papel de agente econômico criado a partir da década de 50 tendendo o mesmo a uma inércia, ante o desenvolvimento acelerado.

O crescimento econômico acelerado, em grande parte financiada através de emissões, não pode ser mantido pelo governo posterior. A emissão de moeda em níveis exagerados, sem lastro na produção, constituiu-se no principal combustível da inflação. Embora as taxas inflacionárias tenham se mantido em níveis razoáveis durante o mandato de Juscelino Kubitschek, este colocou os ingredientes alimentadores de sua futura aceleração no governo de Jânio Quadro e João Goulart.

Juscelino Kubitschek fez do embate entre a matriz desenvolvimentista e a matriz monetarista, que buscava a estabilização, um poderoso instrumento de ação política, capaz de mobilizar diferentes setores da sociedade a partir da evocação de um ideário nacionalista.

Assim, o desenvolvimento de Juscelino foi implementado às custas da inflação, aumentando desta forma a receita do governo e o poder aquisitivo do mesmo, através da emissão de moeda.

O uso destes dois instrumentos de financiamento para a sua política desenvolvimentista, a obtenção de créditos no exterior e a elevação dos níveis das emissões para cobrir os “déficits” do orçamento público gerou consequências econômicas e sociais para o país, como o aumento das despesas com o serviço da dívida, a elevação das emissões de moeda aumentou a inflação, com as decorrentes repercussões sociais.

Para Juscelino Kubitschek, os sinais de desequilíbrio identificados na economia eram ligados ao processo de desenvolvimento e seriam corrigidos com o tempo progressivamente, à medida que a economia brasileira se modernizasse, dinamizasse e diversificasse.

Porém, esta forma de atuação do governo de Juscelino Kubitschek, permite concluir que o mesmo apresentou contradições, pois, de um lado auxiliou-o a ter estabilidade política em seu governo, e do outro, gerou frutos para a instabilidade econômica e política futura, já que o Estado no governo posterior, não teve mais condições de continuar a desempenhar a função de agente econômico com a mesma capacidade econômica e política.

O esgotamento das possibilidades de crescimento da economia através da política desenvolvimentista praticada no governo de Juscelino Kubitschek está na base da crise que abala o país no início e durante a década de 60, refletindo tal mal por toda a vida do país por mais de 30 anos, ou até os dias atuais, em alguns pontos de vista, como corrupção e estrutura estatal inchada.

Os governos posteriores ao Plano de Metas tiveram que corrigir os problemas por ele deixados, entre eles a aceleração inflacionária, a qual foi buscada a ser sanada através de políticas econômicas restritivas, com o controle dos gastos públicos, diminuição do crédito e combate aos excessos da política de emissão de moeda, fatores estes que ocasionaram o efeito colateral da diminuição do ritmo do crescimento econômico.

Tanto os instrumentos, como a possibilidade da manutenção de uma efetiva política de estabilização por um período mais longo só foram obtidos depois da ascensão ao poder dos militares.

Desta forma, Juscelino Kubitschek possibilitou um crescimento econômico acelerado, mas no lado social não foi o estadista presente na história, deixando em segundo plano os problemas estruturais existentes como o problema agrário, reforma tributária, reforma educacional, e aumentou as disparidades regionais

enfraquecendo as indústrias brasileiras existentes na época, as relegando em segundo plano em detrimento as empresas estrangeiras.

Sua imagem pública até hoje, está associada à do grande empreendedor da modernização da economia brasileira, no entanto, esta estratégia cobrou um preço alto nos anos seguintes, os quais tiveram que conviver com altas taxas de inflação provocadas pelo descontrole nas contas públicas e pela dívida externa.

Ao final do governo Juscelino Kubitschek, o Brasil apresentava sérios problemas surgidos devido à política desenvolvimentista implantada. A inflação atingia patamares acima de 30,00% ao ano e a dívida pública encontrava-se em patamares exorbitantes. A concentração de renda aumentou, principalmente pelo desestímulo à agricultura e investimentos na indústria com tecnologia e capital intensivo.

Além do voto popular, a legitimidade de um governo se fortalece ou se deteriora na prática, de acordo com o desempenho da sua administração, se há sucesso ou fracasso em suas políticas de governo. O governo de Juscelino Kubitschek possuía relativa estabilidade política. Sem as concessões ao capital estrangeiro, dificilmente o governo teria chegado ao final.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel; LAMARÃO, Sergio Tadeu de Niemeyer; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. Ed. FGV. 2ª ed. Rio de Janeiro, RJ. 2001.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL DE 1951. Disponível em: <<http://www.memoria.org.br>>. Acessado em 12 mar 2015.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL DE 1952. Disponível em: <<http://www.memoria.org.br>>. Acessado em 12 mar 2015.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL DE 1953. Disponível em: <<http://www.memoria.org.br>>. Acessado em 12 mar 2015.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL DE 1954. Disponível em: <<http://www.memoria.org.br>>. Acessado em 13 mar 2015.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL DE 1955. Disponível em: <<http://www.memoria.org.br>>. Acessado em 13 mar 2015.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL DE 1956. Disponível em: <<http://www.memoria.org.br>>. Acessado em 13 mar 2015.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL DE 1957. Disponível em: <<http://www.memoria.org.br>>. Acessado em 13 mar 2015.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL DE 1958. Disponível em: <<http://www.memoria.org.br>>. Acessado em 13 mar 2015.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL DE 1959. Disponível em: <<http://www.memoria.org.br>>. Acessado em 13 mar 2015.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL DE 1960. Disponível em:
<<http://www.memoria.org.br>>. Acessado em 13 mar 2015.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL DE 1961. Disponível em:
<<http://www.memoria.org.br>>. Acessado em 13 mar 2015.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL DE 1962. Disponível em:
<<http://www.memoria.org.br>>. Acessado em 13 mar 2015.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL DE 1963. Disponível em:
<<http://www.memoria.org.br>>. Acessado em 13 mar 2015.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL DE 1964. Disponível em:
<<http://www.memoria.org.br>>. Acessado em 13 mar 2015.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL DE 1965. Disponível em:
<<http://www.memoria.org.br>>. Acessado em 13 mar 2015.

AUGUSTO, Jarlison. *O Segundo Governo Vargas 1951-1954*. Disponível em:
<<http://historiacsd.blogspot.com.br/2012/09/o-segundo-governo-vargas-1951-1954.html>> .
Acessado em 16 mar 2015.

BIOGRAFIA JOÃO GOULART. Disponível em:
<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/joão-goulart/biografia-período-presidencial>>. Acessado em 14 mar 2015.

BIOGRAFIA GETÚLIO VARGAS. Disponível em:
<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/biografia-período-presidencial>>. Acessado em 14 mar 2015.

BRAGA, Márcio B., PAULANI, Leda M. *A Nova Contabilidade Social*. Ed. Saraiva. São Paulo, SP. 2001.

BRUM, Argemiro J. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. Ed. Vozes. 16ª ed. Petrópolis, RJ. 1996.

CANCIAN, Renato. *Governo Vargas (1951-1954): Suicídio de Getúlio pós fim à Era Vargas*. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/governo-vargas-1951-1954-suicidio-de-getulio-pos-fim-a-era-vargas.htm>>. Acessado em 16 mar 2015.

CARVALHO, Fernando J. Cardim; SOUZA, Francisco E. Pires; SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando R.; STUDART, Rogério. *Economia Monetária e Financeira*. Ed. Campus. Rio de Janeiro, RJ. 2000.

CARVALHO, Maria A. de Carvalho; SILVA, César R. Leite. *Economia Internacional*. Ed. Saraiva. São Paulo, SP. 2000.

DUARTE, Lidiane. *Governo de Jânio Quadros*. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/historia/governo-de-janio-quadros/>>. Acessado em 12 mar 2015.

GOVERNO JÂNIO QUADROS (1961). Disponível em: <http://www.suapesquisa.com/historiadobrasil/governo_janio_quadros.htm>. Acessado em 12 mar 2015.

GREMAUD, Amaury P.; VASCONCELLOS, Marco A. Sandoval; JUNIOR, Rudinei Toneto. *Economia Brasileira Contemporânea*. Ed. Atlas. 4ª ed. São Paulo, SP. 2002.

LACERDA, Antonio Correa; BOCCHI, João Ildebrando; REGO, José M.; BORGES, Maria Angélica; MARQUES, Rosa Maria. *Economia Brasileira*. Ed. Saraiva. São Paulo, SP. 2000.

MOCELIN, Renato. *A História Crítica da Nação Brasileira*. Ed. do Brasil S/A. São Paulo, SP. 1987.

PEREIRA, José Matias. *Finanças Públicas: a política orçamentária no Brasil*. Ed Atlas. 2ª ed. São Paulo, SP. 2003.

SANDRONI, Paulo. *Novíssimo Dicionário de Economia*. Ed. Best Seller. 2ª ed. São Paulo, SP. 1999.

SANTOS, Rita de Cássia. ***Plano Plurianual e Orçamento Público***. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2010.

SOUSA, Rainer. *Era Vargas – Governo Democrático*. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/historiab/getulio-vargas.htm>>. Acessado em 16 mar 2015.